

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.435 - DF (2019/0339771-4)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : ELIANE DE SOUSA
RECORRENTE : HEIDES PAULO PINTO
RECORRENTE : JOSÉ CARLOS CAMPOLIM FOGAÇA
RECORRENTE : NEWTON DOS SANTOS PINTO JUNIOR
RECORRENTE : VERA LUCIA CEVOLO
RECORRENTE : PAULO DE TARSO GOMES CABRAL
RECORRENTE : WANILDA GARCIA HOTT SOARES
RECORRENTE : IZABEL MARIA RIBEIRO SILVA
ADVOGADOS : TIAGO CARDOZO DA SILVA - DF022834
SAMUEL REGO ALVES VILANOVA - DF022832
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - MG056526A

EMENTA

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO MANEJADA SOB A ÉGIDE DO NCPC.** EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CADERNETA DE POUPANÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRESCRIÇÃO. AJUIZAMENTO DE AÇÃO CAUTELAR PROTESTO. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE. INTERRUPTÃO. OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

ELIANE DE SOUSA e outros (ELIANE e outros) promoveram contra o BANCO DO BRASIL S.A. (BANCO DO BRASIL) cumprimento individual da sentença proferida em ação coletiva ajuizada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC, que condenou a instituição financeira a pagar as diferenças de correção monetária decorrentes do Plano Verão para as cadernetas de poupança com vencimento na primeira quinzena de 1989.

O Juízo de 1º Grau pronunciou a prescrição e extinguiu o feito com resolução de mérito (e-STJ, fls. 416/428).

Contra essa decisão, ELIANE e outros interpuseram apelação que não foi provida pelo TJDF em aresto assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. MEDIDA CAUTELAR DE PROTESTO. MPDFT E ANABB. ILEGITIMIDADE. NÃO INTERRUPTÃO

Superior Tribunal de Justiça

DA PRESCRIÇÃO.

1. O Ministério Público não possui legitimidade para propor medida cautelar de protesto para interromper prazo prescricional em face de direito material individual dos consumidores, pois a legitimidade extraordinária daquele órgão termina com o trânsito em julgado da sentença.
2. Não se reconhece para fins de prescrição o protesto promovido pela ANABB se não há prova da representação processual exercida pela associação, com a respectiva autorização de cada membro.
3. Negou-se provimento ao apelo dos autores (e-STJ, fl. 501).

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 550/556).

Irresignado, ELIANE e outros interpuseram recurso especial, com fundamento no art. 105, III, alínea *a*, da CF, apontando violação dos arts. 82 e 83 do CDC, e 6º, VII, *c*, da LC nº 75/93, sustentando, em síntese, que a cautelar de protesto ajuizada pelo Ministério Público interrompeu o prazo prescricional para o cumprimento de sentença.

O recurso especial foi admitido na origem (e-STJ, fls. 601/602).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação merece prosperar.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade do recurso, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Da interrupção da prescrição

ELIANE e outros sustentaram a legitimidade ativa do Ministério Público para o ingresso da ação cautelar de protesto e a ocorrência de causa interruptiva da prescrição.

O TJDF reconheceu a prescrição da pretensão executiva, nos seguintes termos:

A sentença, cujos fundamentos acolho, rebate os principais pontos do apelo, in verbis:

"(...) Por aplicação analógica do art. 21 da Lei nº 4.717/65, e nos termos do REsp repetitivo 1.273.643/PR, prescreve em 5 anos a pretensão executória individual de

Superior Tribunal de Justiça

sentença proferida em ação coletiva. (...) Destaque-se, ainda, que a medida cautelar de protesto proposta pelo MPDFT não interrompeu a prescrição em favor dos poupadores, diante da ausência de legitimidade do órgão para a liquidação de sentença genérica (e-STJ, fl. 504).

Tal posicionamento, no entanto, está em desconformidade com o entendimento desta Corte que é firme no sentido de que, tratando-se de demanda coletiva, o prazo prescricional para a execução individual da sentença coletiva pode ser interrompido pelo ajuizamento do protesto manejado pelo *Parquet*.

A propósito, vejam-se os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. PRESCRIÇÃO. AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO. INTERRUÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE.

1. Ação civil pública.

2. O Ministério Público possui legitimidade para propor Medida Cautelar, visando a interrupção da prescrição do prazo para o ajuizamento da execução individual. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.753.269/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJe 29/5/2019)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL: TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. PROPOSITURA DE PROTESTO JUDICIAL PELO ENTE SINDICAL. POSSIBILIDADE. JUROS MORATÓRIOS. ART. 1º-F DA LEI 9.494/1997. APLICABILIDADE AOS PROCESSOS EM CURSO.

1. De acordo com o art. 9º do Decreto n. 20.910/1932, 'a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo'. O prazo para propositura de execução contra a Fazenda Pública, nos termos do art. 1º do Decreto n. 20.910/1932 e da Súmula 150 do STF, também é de cinco anos, contados do trânsito em julgado do processo de conhecimento.

2. Todavia, tratando-se de demanda coletiva, o prazo de prescrição para a execução individual do título pode ser interrompido pela propositura do protesto, voltando a correr pela metade a partir do ato interruptivo.

Superior Tribunal de Justiça

3. Os juros moratórios devem incidir no patamar de 0,5% (meio por cento) ao mês após a vigência do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, incluído pela MP 2.180-35/2001, e no percentual estabelecido para a caderneta de poupança, a partir da Lei n. 11.960/2009.

4. Agravo regimental provido em parte.

(AgRg no Ag 1.223.632/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, DJe 24/9/2014)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO MINISTÉRIO PÚBLICO. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS PREPARATÓRIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA.

[...]

3. No caso em julgamento, o Ministério Público estadual propôs ação cautelar para exibição de documentos bancários (listagem de correntistas da agência bancária e cópias dos contratos celebrados entre as partes), de modo a constatar a ocorrência de alegada prática abusiva quanto à imposição para aquisição de produtos bancários ("venda casada"), com vistas a eventual ajuizamento de ação civil pública.

4. O contingente de inúmeros correntistas, clientes da ré, possivelmente compelidos a adquirir produtos agregados quando buscam abertura de contas-correntes, pedidos de empréstimos ou outros serviços bancários, denota a origem comum dos direitos individuais e a relevância social da demanda, exsurgindo a legitimidade ativa do Parquet também para a ação cautelar.

5. Recurso especial não provido.

(REsp 986.272/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 1º/2/2012)

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial para, determinando o retorno dos autos à origem, verifique a ocorrência da prescrição nos termos da jurisprudência desta Corte.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

